

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA COMO MECANISMO PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

Juliana Paganini

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC.
Bacharel em Direito pela UNESC. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Estado, Política e
Direito (NUPED/UNESC). Email: julianaapaganini@hotmail.com

Reginaldo de Souza Vieira

Doutor e Mestre em Direito – PPGD/UFSC. Líder do Núcleo de Estudos em Estado, Política e
Direito (NUPED/UNESC) e do Laboratório de Direito Sanitário e Saúde Coletiva
(LADSSC/UNESC). Professor Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Socioeconômico da UNESC. Email: prof.reginaldovieira@gmail.com

Área Temática: Políticas Públicas Cidadania e Novos Direitos

Resumo: Introdução: As crianças e os adolescentes foram historicamente excluídos da condição de sujeitos de direitos nos textos constitucionais anteriores a CRFB/1988. Ademais, tais documentos não oportunizaram a utilização da participação popular na formulação e avaliação das políticas públicas. Com a promulgação da CRFB/1988, ocorre um rompimento com esse modelo, adotando-se com fulcro na concepção de Estado Democrático de Direito a participação popular na construção e no acompanhamento da execução das políticas públicas formuladas pelo Estado brasileiro. O Direito da Criança e do Adolescente institui-se neste contexto criando mecanismos para a garantia de direitos e manifestando-se pela oportunidade de participação direta da comunidade na deliberação das políticas públicas e ainda na escolha de representantes nos órgãos responsáveis pelas políticas públicas de atendimento e proteção aos direitos da criança e do adolescente. **Objetivos:** Analisar o tema da democracia participativa na Constituição Brasileira, estudar os fundamentos teóricos do Direito da Criança e do Adolescente com base na teoria da proteção integral; identificar os instrumentos de democracia participativa no sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente; investigar a percepção dos operadores do sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente sobre os instrumentos de democracia participativa. **Metodologia:** O método de abordagem é o dedutivo e o método de procedimento monográfico. Para o desenvolvimento da pesquisa considera-se o instrumental teórico correlacionando com os estudos sobre direito da criança e do adolescente e democracia participativa. O levantamento bibliográfico tem por base de dados as bibliotecas da UNESC e UFSC. O levantamento documental será realizado nas Base de Teses e Dissertações da Capes, *Scielo*, Base de Dados do Senado Federal, Base de Dados Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, relatórios das Conferências de Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Santa Catarina e dos Congressos Sul-Brasileiro de Conselheiros Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente. A pesquisa de campo será realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas junto aos operadores do sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente, em especial aos representantes do Ministério Público, Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e Poder Judiciário da Comarca de Criciúma. **Resultados:** A pesquisa está em fase inicial de

desenvolvimento e destina-se a compreender os instrumentos de democracia participativa no sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente como mecanismos de efetivação dos direitos fundamentais. **Conclusão:** O tema proposto tem profunda relevância social uma vez que a ampliação da base de conhecimento sobre o tema da democracia participativa no sistema de garantias de direitos da criança e adolescente visa instrumentalizar os operadores, alcançando-se, assim, maior legitimidade na atuação e formulação de políticas públicas de atendimento, proteção, promoção e justiça.

Palavras-chave: Adolescente. Criança. Democracia Participativa.